

## SOBRE A NOÇÃO DE *ETHOS* DISCURSIVO

Anna Flora BRUNELLI\*

**RESUMO:** Neste trabalho, procuramos contribuir para o debate a respeito das diferentes formas de se conduzir a análise de um discurso. Mais exatamente, vamos apontar algumas das vantagens que uma análise desenvolvida segundo os trabalhos de Maingueneau têm, a nosso ver, sobre as que estão mais compromissadas com os fundamentos teóricos que assistiram ao nascimento da Análise do Discurso francesa, como as que adotaram/adotam o modelo desenvolvido por Pêcheux e pelos seus seguidores. Uma das questões a serem discutidas diz respeito ao modo como a noção de *ethos*, tal como é proposta por Maingueneau, nos possibilita compreender melhor a noção althusseriana de assujeitamento, à qual a Análise do Discurso francesa freqüentemente recorre para justificar a adesão dos sujeitos às formações discursivas. Além disso, entendemos que a adoção da abordagem de Maingueneau evita que a análise de um discurso qualquer se baseie no que é o emprego controverso da noção de condições de produção.

**Palavras-chave:** análise do discurso; *ethos*; condições de produção.

Neste trabalho, procuramos contribuir para o debate a respeito das diferentes formas de se conduzir a análise de um discurso. Mais exatamente, vamos apontar algumas das vantagens que uma análise desenvolvida segundo os trabalhos de Maingueneau têm, ao nosso ver, sobre as que estão mais compromissadas com os fundamentos teóricos que assistiram ao nascimento da Análise do Discurso francesa (AD, doravante), como as que adotaram/adotam o modelo desenvolvido por Pêcheux e pelos seus seguidores.

Uma dessas vantagens diz respeito ao modo como a noção de *ethos*, tal como é proposta por Maingueneau, nos possibilita compreender melhor, conforme veremos, a adesão dos sujeitos às formações discursivas.

Maingueneau entende por *ethos* o conjunto de características relacionadas ao sujeito-enunciador do discurso revelado pelo próprio modo como esse sujeito enuncia. Trata-se, portanto, não do que esse sujeito diz a respeito de si, mas da personalidade que revela pelo modo de se exprimir (cf. MAINGUENEAU, 1995, Cap.7).

---

\* Professora de Língua Portuguesa do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto (SP). [anna@ell.ibilce.unesp.br](mailto:anna@ell.ibilce.unesp.br)

Assim, afastando-se de qualquer concepção psicologizante de *ethos* “de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir em seu auditório” (MAINGUENEAU, 1989, p.45), Maingueneau esclarece que o *ethos*, como parte integrante de uma formação discursiva qualquer, assim como outras dimensões da discursividade, é imposto por ela àquele que, em seu interior, assume um lugar de enunciação. A esse respeito, o autor afirma:

O *etos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, o *sujeito de enunciação enquanto está enunciando que está em jogo aqui*. (MAINGUENEAU, 1995, p.138; o grifo é nosso)

Com o *ethos*, o co-enunciador tem condições de formar, por meio de índices de várias ordens fornecidos pelo texto, uma representação do sujeito-enunciador que, por sua vez, desempenha o papel de um *fiador*<sup>1</sup> encarregado da responsabilidade do texto.

O primeiro elemento que recobre o campo do *ethos* enunciativo é a voz do discurso, cuja concepção é transversal à oposição entre o oral e o escrito, o que significa que não se trata de conceber o escrito como uma oralidade enfraquecida, como se fosse o “vestígio de uma oralidade primeira”<sup>2</sup>, mas de entender que há uma voz específica que habita a enunciação do texto. A essa voz, Maingueneau prefere chamar de *tom*, “à medida que seja possível falar do ‘tom’ de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa” (MAINGUENEAU, 1989, p.46). Descartando qualquer hierarquia entre o dito e a maneira de dizê-lo, o autor considera que “o *que* é dito e o *tom* com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis” (*ibid.*, p.46). O tom, entendido como um ideal de entonação que acompanha os lugares enunciativos está ligado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O caráter corresponde a um conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, a partir de seu modo de dizer. Trata-se, essencialmente, dos estereótipos que circulam em uma cultura determinada. O mesmo pode ser dito a propósito da corporalidade, que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. “Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura” (*ibid.*, p.47). Mais exatamente, a corporalidade está associada a uma compleição do corpo do sujeito-enunciador, que é inseparável de um modo de se movimentar no espaço social, o que pode incluir até um modo de se vestir. Neste sentido, o *ethos* deve ser entendido como uma maneira

---

<sup>1</sup> Cf. Maingueneau, 1995, p. 139.

<sup>2</sup> Cf. Maingueneau, 1995, p.139.

de dizer indissociável de uma maneira global de ser, de uma maneira de habitar o mundo.

Entre as diversas dimensões da discursividade, podemos dizer que o *ethos* tem um status especial, tendo em vista que, segundo Maingueneau, ele está diretamente ligado à questão da eficácia de um discurso, isto é, da sua capacidade de suscitar a crença. Para explicitar o papel do *ethos* no processo de adesão dos sujeitos ao discurso, Maingueneau introduz a noção de *incorporação*, que designa a integração entre uma formação discursiva e seu *ethos*, mediada pela enunciação. Essa incorporação, constituída sobre o poder que a voz tem de exprimir a interioridade do enunciador e envolver o co-enunciador, atua sobre três registros estreitamente articulados da seguinte forma:

- a formação discursiva confere “corporalidade” à figura do enunciador e, correlativamente, àquela do destinatário, ela lhes dá “corpo” textualmente;
- esta corporalidade possibilita aos sujeitos a “incorporação” de esquemas que definem uma maneira específica de habitar o mundo, a sociedade;
- esses dois primeiros aspectos constituem uma condição da “incorporação” imaginária dos destinatários ao corpo, o grupo dos adeptos do discurso (*ibid.*, p.48).

Pela passagem anterior, fica claro que, segundo essa teoria, o co-enunciador não adere a um discurso simplesmente porque lhe é apresentado um conjunto de idéias ligadas a seus possíveis interesses; na verdade, “é alguém que tem acesso ao ‘dito’ através de uma ‘maneira de dizer’ que está enraizada em uma ‘maneira de ser’, o imaginário de um vivido” (*ibid.*, p.49). Nesse sentido, as formações discursivas conquistam a adesão dos sujeitos legitimando, atestando o que é dito na própria enunciação, o que permite que esses sujeitos se identifiquem com uma certa determinação do corpo. A esse respeito, Maingueneau afirma:

El poder de persuasión de un discurso proviene en parte de un hecho básico: lleva al lector a identificarse con los movimientos de un cuerpo investido de valores especificados históricamente. La condición del *ethos* remite en efecto a la figura de ese “garante” que, a través del habla, se forja una identidad a la medida del mundo que hace surgir de su enunciado. Paradoja constitutiva: el garante debe legitimar su manera de decir a través de su propio enunciado. (MAINGUENEAU, 1996, p.82)

Conforme destaca o próprio Maingueneau, essa noção de incorporação nos possibilita compreender melhor a noção althusseriana de assujeitamento, à qual a AD freqüentemente recorre para justificar a adesão dos sujeitos às formações discursivas, embora o funcionamento desse processo seja muito pouco claro.

Na literatura da AD, como se sabe, o discurso é considerado como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica, tendo em vista que as formações discursivas representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Por essa representação, a AD entende que são as formações discursivas que interpelam os indivíduos em sujeitos falantes, ou seja, em sujeitos de seus discursos. Porém faltava à AD justamente uma explicação para a forma como essa interpelação, como esse chamamento é feito, explicação essa fornecida, conforme vimos, pelos três registros sobre os quais a incorporação atua. Desse modo, a noção de incorporação nos permite compreender que a enunciação é a base do poder de assujeitar dos discursos, tendo em vista que é pelo seu modo de expressão que um discurso projeta o modo de habitar o mundo ao qual o co-enunciador precisa se identificar para aderir ao discurso.

Eagleton (1997) nos adverte que a ideologia, para Althusser, se refere principalmente às nossas relações afetivas e inconsciente com o mundo, aos modos pelos quais estamos vinculados à realidade social. Longe de ser um mero conjunto de idéias abstratas, a ideologia é “a matéria da qual cada um de nós é feito, o elemento constitutivo de nossa identidade” (EAGLETON, 1997, p.30). Nesse sentido, a noção de incorporação funciona como um esclarecimento a respeito do papel das formações discursivas na constituição dos sujeitos, uma vez que essas, ao projetarem uma maneira global de ser, fornecem as condições para a produção das formas de subjetividade.

A partir desses esclarecimentos, entendemos que, adotando a noção de incorporação, a AD consegue escapar da alternativa de explicar a adesão dos sujeitos aos discursos por intermédio de projeções de estruturas sócio-econômicas, o que certamente é uma justificativa pouco adequada, tendo em vista que a leva a sustentar uma relação de exterioridade entre discurso e sociedade. Numa perspectiva oposta a essa, Maingueneau afirma que a discursividade não é uma doutrina, uma visão de mundo ou um depósito de conteúdos elaborados em outro lugar, mas “um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem” (MAINGUENEAU, 1989, p.50). Assim, descarta a suposta relação de exterioridade entre o funcionamento de um grupo e o de seu discurso. Para ele, as coerções que possibilitam um discurso são as mesmas que possibilitam o grupo que o sustenta. Como “as duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica” (*ibid.*, p.54), Maingueneau rejeita a idéia de que o discurso seja gerado do exterior do grupo e postula que a instituição discursiva apresenta duas faces: uma que diz respeito à linguagem e outra relacionada ao social. A partir dessa perspectiva, a AD consegue realizar o que Maingueneau entende como uma das tarefas dessa disciplina, ou seja, justificar como determinados enunciados conseguem mobilizar forças e investir em organizações sociais.

Ainda no âmbito das discussões referentes às relações entre sujeitos e discursos, a adoção da abordagem de Maingueneau, além dessa contribuição, também tem a vantagem de evitar que a análise de um discurso qualquer se

baseie no que é o emprego controverso da noção de condições de produção. Essa, como se sabe, pode ser empregada em dois sentidos: tanto para se referir ao conjunto de fatores econômicos, sociais, culturais, etc., que favorecem a emergência de um discurso (sentido amplo), quanto para se referir ao contexto mais imediato de um discurso, isto é, as circunstâncias da enunciação<sup>3</sup> (sentido restrito), sentido esse cuja origem está relacionada ao próprio surgimento da noção, que se deu logo na primeira versão da Análise Automática do Discurso (PÊCHEUX, 1969). Nesse texto, definida a partir do esquema informacional da comunicação de Jakobson, essa noção compreende

os lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever os feixes de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do 'patrão' (diretor, chefe de empresa, etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis (PÊCHEUX, 1969, p.82).

Segundo Pêcheux, tais lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo, porém, nesses processos, cada um desses lugares se encontra apenas representado, ou seja, está "presente mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias" (*ibid.*, p.82), que designam o lugar que os protagonistas do discurso se atribuem cada uma si e ao outro, e imagem que eles fazem do contexto, da situação na qual estão inseridos. Pêcheux se refere, então, a regras de projeção que estão presentes nos mecanismos de qualquer formação social, estabelecendo as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Porém, conforme Courtine (1981) destaca, a relação assim estabelecida entre os lugares e a representação subjetiva desses lugares numa situação concreta de comunicação gerou interpretações nas quais o elemento imaginário domina as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo, o que é mesmo que dizer que houve uma reprodução teórica da ilusão do sujeito enunciator. De fato, num trabalho posterior, Pêcheux e Fuchs (1975) reconhecem que a noção suscitava mais de uma interpretação, pois designava concomitantemente tanto o efeito das relações de lugar nas quais o sujeito está inscrito, quanto a situação no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo, etc. Segundo os autores, neste último sentido, as condições de produção "determinariam 'a situação vivida pelo sujeito' no sentido de variável subjetiva (atitudes, representações, etc.) inerente a uma situação experimental" (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p.171). Assim, procurando eliminar a ambigüidade da noção, Pêcheux e Fuchs esclarecem que a primeira

---

<sup>3</sup> Cf. Orlandi, 2001, p. 30.

definição se opõe à segunda como o real ao imaginário, e o que faltava no texto de 1969 era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real. Na falta desta localização era inevitável (e foi o que efetivamente se produziu) que as relações de lugar fossem confundidas com o jogo de espelhos de papéis interiores a uma instituição, ou seja, o que faltava era uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador.

Para Courtine (1981), as interpretações distorcidas da noção de condições de produção vêm, de um lado, do recurso ao esquema da comunicação de Jakobson, que induz à redução das condições (históricas) de produção de um discurso às circunstâncias da produção (no sentido psicolingüístico do termo) de uma mensagem por um sujeito; por outro lado, elas decorrem de uma divisão das tarefas, espontaneamente operada em AD, pela qual as condições de produção recebem sua caracterização da psicologia ou da sociologia, terrenos que ele identifica como os que deram origem à noção. Entendendo que a natureza da apresentação da noção que Pêcheux esboçou em 69 não rompe com as origens psicossociológicas do termo, diz o autor que os termos “imagem” e “formação imaginária” não são mais do que meros substitutos da noção de papel, tal como ela é praticada na “teoria do papel”, herdada da “sociologia funcionalista” ou ainda do “interacionismo psicológico”.

Embora Pêcheux<sup>4</sup> tenha tentado resolver a questão introduzindo os esquecimentos n.1 e n.2 para explicar o funcionamento dos processos enunciativos numa perspectiva não-subjetiva, isso não foi suficiente para evitar que, na prática, isto é, nas análises comprometidas com o quadro teórico proposto por Pêcheux, dominasse a referência a uma situação psico-social de comunicação<sup>5</sup>. Segundo Courtine, isso acontece porque falta à AD uma verdadeira intervenção teórico e especialmente metodológica do materialismo histórico, que parta do primado da contradição sobre os contrários e do caráter desigual da contradição, para que a referência ao marxismo não se reduza a um projeto voluntarista de uma teoria do discurso, na qual o primado da contradição se limite ao nível teórico.

Por outro lado, há uma outra saída, considerando, conforme Maingueneau (1990), que uma boa alternativa para o desenvolvimento da AD é a superação de seu enraizamento lacano-althusseriano. Nas palavras do autor:

É inegável que a análise de discurso se alimentou do althusserianismo, mas que isto não significa que ela se reduza a ele. Podemos muito bem conceber que a solidez dessa referência impede de ver um movimento de pensamento, na realidade, mais complexo. O próprio fato de que a análise

---

<sup>4</sup> Cf. Pêcheux & Fuchs, 1975.

<sup>5</sup> Para uma discussão mais detalhada a respeito dessa questão, sugerimos Courtine, 1981, capítulo I.

de discurso tenha sobrevivido ao apagamento da conjuntura que a tornou possível, o fato de que ela tenha podido tocar públicos estranhos ao marxismo e à psicanálise parecem indicar que isto que por longo tempo tomamos como uma ortodoxia talvez não o seja (MAINGUENEAU, 1990, p. 73).

É essa a tendência de um trabalho que adote a abordagem de Maingueneau, na qual se procura desenvolver uma análise das dimensões discursivas a partir da própria materialidade lingüística, isto é, do conjunto de enunciados que foram efetivamente produzidos de acordo com um determinado conjunto de coerções semânticas; em outras palavras: *analisa-se o discurso pelo discurso*, o que afasta definitivamente o perigo de explicar as características dos discursos a partir dos papéis sociais que por ventura possam ser inadequadamente convocados para integrar as condições de produção. É assim que se procura, por exemplo, definir o estatuto do sujeito enunciador e do destinatário de um determinado discurso a partir do que esse discurso revela a esse respeito e não a partir de categorias extra-discursivas. Por outro lado, como Maingueneau entende o interdiscurso como a origem de um discurso qualquer, sua abordagem também não corre o risco de proceder a um retrocesso, colocando os sujeitos na origem dos discursos.

## BRUNELLI, A. F. ON THE NOTION OF DISCURSIVE ETHOS

**ABSTRACT:** *This paper aims at contributing on the debate about different forms of conducting discourse analysis reflections. Punctually, we are going to show some of the advantages of a certain type of analysis developed by Maingueneau. Such analysis, in our opinion, are more committed to theoretical foundations in French discourse Analysis, as well as the one developed by Michel Pécheux and his followers. One of the questions to be discussed is the notion of ethos, as well as it is proposed by Maingueneau, which makes possible to understand althusserian notion of non-subjectivation. Such notion, in French discourse analysis, is frequently used to justify subject inscription in discursive formations. Besides, we consider that Maingueneau's approach avoids a discourse analysis which takes as basis a controversial notion of production conditions.*

**Keywords:** discourse analysis; *ethos*; production conditions.

## Referências Bibliográficas

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. In: **Langages**, n.62. Paris: Larousse, 1981.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo/Editora da UNESP, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Fontes & Editora da UNICAMP, 1989.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso: a questão dos fundamentos. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v.19, p.65-74, 1990.

\_\_\_\_\_. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. El *ethos* y la voz de lo escrito. **Versión**: estudios de Comunicación y política. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, n.6, p.79-92, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. A análise automática do discurso (1969). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.61-161.

\_\_\_\_\_. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.163-252.